

Memórias de Antônio Ceretta: identidade imigrante na formação da nação brasileira (1877-1941)

*Ricardo Kemmerich**

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil
rikrdo_kemmerich@hotmail.com

*André Luís Ramos Soares***

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil
alrsoares@gmail.com

*Maria Medianeira Padoin****

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil
mmpadoin@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho objetiva analisar sentimento de pertença de italianos na região sul do Brasil após um amplo processo de transformações políticas econômicas e sociais desde o final do Império brasileiro ao Estado Novo (1889-1945) a partir da análise qualitativa das memórias acerca da imigração e colonização italiana no Sul do Brasil escritos pelo imigrante italiano Antônio Ceretta no ano de 1941. A partir disso, averiguou-se um sentimento de pertencimento ambíguo, onde a religiosidade católica parece ter tido importância fundamental no processo de integração nacional. Este trabalho recebeu apoio a partir de bolsa CAPES DS.

Palavras-chave: Identidade; Memória; Imigração italiana.

* Bolsista CAPES/DS (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasil) / Mestrando no Programa de Pós Graduação da UFSM (PPGH, UFSM).

** Professor do Programa de PPGH, UFSM.

*** Professora do Programa de PPGH, UFSM.

Abstract:

The present work aims to analyze sentiment of belonging of Italians in the southern region of Brazil after a broad process of economic and social political transformations from the end of the Brazilian Empire to the new State (1889-1945) from the qualitative analysis From the memoirs about Italian immigration and colonization in southern Brazil written by Italian immigrant Antônio Ceretta in the year 1941. From this, there was a sense of ambiguous belonging, where Catholic religiosity seems to have had a fundamental importance in the process of national integration. This work received research fellowship from CAPES DS.

Keywords: Identity; Memory; Immigration italian.

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo refletir sobre a forma como se identificavam estrangeiros no Brasil após um amplo processo de transformações políticas e sociais que vão desde o final do Império (1889) ao Estado Novo brasileiro (1945). Para isto tomou-se as memórias deixadas por um imigrante italiano, em que são analisadas as impressões acerca do processo de imigração e colonização italiana na região sul do Brasil, estabelecendo um diálogo com a temática educacional.

No Brasil do século XXI, um olhar rápido em algum diário de classe de alguma turma, em uma escola qualquer, e não será difícil encontrar referências a diversas etnias com base nos sobrenomes dos estudantes ali dispostos. Muito possivelmente a concentração de determinada etnia varie de acordo com a região do país, com a cidade, o bairro, a classe social, o fenótipo (formações que foram influenciadas por questões históricas e sociais). Mas em linhas gerais, não é difícil afirmar a miríade étnica que compõe a população brasileira. Neste sentido, retrospectivamente, podemos dizer que em algum momento, os pais, os avós ou os bisavós destes alunos, ao sentarem, não necessariamente nos mesmos lugares, senão figurativamente, carregavam consigo além do sobrenome, uma bagagem cultural diletta à pátria originária, como a língua. Os Estados brasileiros que receberam grande contingente de imigrantes europeus, mormente São Paulo, mas de modo tão quão significativo, os Estados da região Sul - Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, cuja formação de núcleos coloniais baseados na pequena propriedade, e que relativamente isolados do restante do país mantiveram através de reprodução endógena suas respectivas línguas originárias,¹ fomentou debates políticos acalourados em torno do fator língua e da integração nacional brasileira desde os primórdios da Primeira República no Brasil. Em um momento em que a rejeição da velha ordem por uma nova no processo de transição do Império para a República sob os auspícios da modernidade e de seu projeto modernizador, várias reformas foram postas em prática. No Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil meridional, este processo de modernização² foi liderado pelo Partido Republi-

¹ Isto não é uma regra. O Espírito Santo, na região Sudeste, também recebeu um grande contingente imigrante. Devido à forte imigração italiana para a região em fins do século XIX e início do XX, hoje ainda se pode encontrar locais em que se fala o *vêneto*, ao contrário da região Sul, cujo *talian* é mais comum, sendo esse uma variação do *vêneto* com maior influência do português.

² O sentido de modernização aqui se refere ao pregado pelo “positivismo comtiano, aqui como expressão do liberalismo de cunho autoritário e conservador que emergiu no século XIX e que teve influência em vários países do mundo, inclusive o Brasil, tendo sido adotado com particularidades muito próprias no Rio Grande do Sul, onde foi adequado às condições históricas locais” (Corsetti, 2007: 296).

cano Rio-grandense (PRR), cuja orientação castilhistas³ assumiu ao longo de sua atuação no governo gaúcho um caráter intervencionista, especialmente no âmbito social através das políticas educacionais.

Dessa maneira, esta bagagem cultural teve de ser “negociada” e, com o processo da universalização do ensino a partir da consolidação do governo republicano no Brasil, a língua comum que passou a ser exigida nas escolas foi o português. Essa exigência não foi imediata, passou a ser incentivada através de subvenções na forma de auxílio pecuniário por parte do governo do Estado, no Rio Grande do Sul, às escolas particulares e comunitárias em áreas de colonização estrangeira, das quais as aulas eram ministradas, geralmente, no idioma de origem desses imigrantes.

Neste sentido, a universalização do ensino como fator de promoção de uma unidade nacional, no Brasil foi um processo lento e passou por diversas etapas, que vão desde ações insipientes e esparsas durante o Brasil Império à um projeto de nação a ser construída a partir da Primeira República (1889), cuja preocupação efetiva com a formação de uma identidade nacional genuinamente brasileira foi crescente. A partir do Brasil República, o nacionalismo em ascensão atingiu seu ápice no Estado Novo (1937-1945), que fez da escola uma instituição nacionalizadora por excelência (Golfeto, 1994), onde “aprender a língua portuguesa passou a ser necessidade” que fora “imposta por vias legais” (Piovesan, 1993: 74).

Nesse ínterim, gostaria de trazer à baila dois documentos que fazem parte do acervo documental permanente do Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora, o Arquivo Palotino em Santa Maria no Rio Grande do Sul, para refletir, sobre este processo de negociação cultural e identitária de imigrantes estrangeiros em terras brasileiras, ocorridas por diversas frentes, dentre elas o campo educacional e o religioso, perpetradas por políticas governamentais oficiais. Os documentos são dois manuscritos compostos por 6 cadernos que registram a trajetória de imigração e colonização de italianos nas comunidades de Vale Vêneto e São João do Polêsine, no interior do Rio Grande do Sul. A partir de uma análise qualitativa destes documentos tomarei como referência para discussão as impressões do imigrante italiano Antônio Ceretta que chegou ao Sul do Brasil em 1880 com 12 anos de idade e que próximo ao final de sua vida, durante o regime do Estado Novo brasileiro, produziu estes manuscritos. Ceretta foi agricultor, professor por mais de quarenta anos e sacristão ao final de sua vida, falecendo em 1943 na comunidade de São João do Polêsine, região central do Rio Grande do Sul (Brasil).

³ Segundo Isaia (2007: 23), castilhista ou castilhismo faz referência ao “modelo político implantado por Júlio de Castilhos, que subsistiu a sua morte, em 1903, perpetuando-se com seus seguidores Borges de Medeiros e Getúlio Vargas”.

LOCALIZANDO O SUJEITO: ANTÔNIO CERETTA

Antônio Ceretta, filho de Fabrizzio Ceretta e Orsola Dal Santo nasceu na comunidade de Monticello di Lonigo, na atual província de Vincenza, região do Vêneto (Figura 1), Itália, em 24 de agosto de 1868.⁴ Aos 11 de janeiro de 1880, emigra para Sul do Brasil partindo do Porto de Gênova⁵ com seus pais e seus quatro irmãos mais novos em direção à Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana (Figura 2), a Colônia Silveira Martins criada em 1877,⁶ próximo à Santa Maria da Boca do Monte. Lá se estabeleceram na comunidade de Vale Vêneto, chegados em 11 de Setembro de 1880, onde seu pai adquiriu um lote colonial de 13 hectares na denominada Linha 1 (L1s). Como a família de Antônio Ceretta emigrou dez anos após a unificação italiana, isto possibilitou que Ceretta pudesse ser lá alfabetizado, pois em 1877, “uma lei tornou obrigatória a frequência escolar e eliminou o ensino religioso nas escolas” (Golfeto, 1994: 48), ao contrário de seus irmãos, que até então não possuíam idade escolar. Isso fez com que no Brasil pudesse assumir anos mais tarde o papel de catequista e mestre escola,⁷ pois os colonos eram de origem pobre e em sua grande maioria analfabetos.

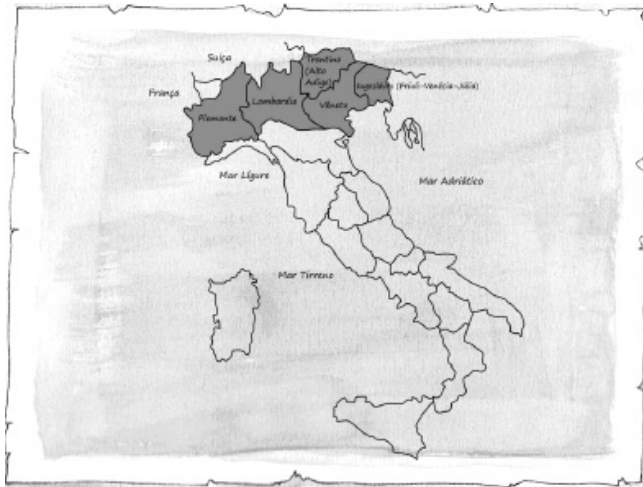
⁴ A informação acerca da data de nascimento de Antônio Ceretta é imprecisa. Segundo certificado de batismo da igreja de Monticello, Ceretta teria nascido no ano de 1867. Em um atestado de emigração emitido no ano de 1997 pelo município de Lonigo, Vincenza, Itália em sua anágrafe oficial, Ceretta nasceu no ano de 1868. Cf. Caixa Família Ceretta, Centro de Pesquisas Genealógicas de Santa Maria, RS, Brasil. De acordo com a relação de imigrantes vindos da região de Monticello, na obra intitulada “Povoadores da Quarta Colônia”, Ceretta teria nascido no ano de 1864. Para saber mais, cf. Righi et al. (2001: 122). Em suas memórias, Ceretta chega ao Brasil com 12 anos de idade em 1880, o que corrobora a data de seu nascimento em 1868.

⁵ De acordo com Constantino (2007: 396) “foi através de Gênova que partiu o maior número de emigrantes, desde a primeira metade do século XIX; entre 1861 e 1901, 61% da emigração transoceânica dali saiu”.

⁶ A região colonial começou a ser formada no ano de 1876 quando “D. Pedro II mandou traçar e medir as terras devolutas da zona colonial, tendo por sede Silveira Martins” (De Boni, 1996: 463). Nesta região teriam se estabelecido colonos russo-alemães, que devido às péssimas condições abandonam o local, fazendo com que o núcleo fosse ocupado por imigrantes italianos. Luiz Sponchiado (1996) em “A Anágrafe de Nova Palma”, explora a criação do núcleo em 1878 (demarcação efetiva dos lotes) a pouco mais de 1890, onde é demonstrado a vinda de diversas levas imigrantes durante processo de expansão da colônia através da compra e formação de novos núcleos a partir de lotes ofertados por particulares, ao qual Sponchiado denomina de “enxameamento”. Para mais informações, cf. “A anágrafe de Nova Palma” (em De Boni, 1996).

⁷ Segundo Luchese (2011) mestre escola designa aquele professor que trabalha com a alfabetização, equivalente ao ensino primário da primeira à quarta série do ensino fundamental.

Figura 1. Mapa da Itália hoje: em destaque as principais zonas de emigração italiana para o Brasil meridional.



Fonte: Pissuti (2005). Ilustração e adaptação Marcel Jaques.

Figura 2. Mapa do Rio Grande do Sul hoje. Em destaque as zonas de colonização italiana.



Fonte: Pissuti (2005). Ilustração e adaptação Marcel Jaques.

Desse modo, o processo migratório que Ceretta e sua família estavam inseridos, deu-se num contexto de proletarização dos camponeses em função do avanço do capitalismo na Europa central, da influência do liberalismo crescente e da pobreza gerada pelas guerras de unificação do Estado Italiano sob a República do Piemonte a partir de 1866. Além disso, havia o incentivo de companhias de migração que através de propagandas e do custeio das viagens pagas pelo governo brasileiro, estimulavam a emigração. Para Constantino “pode-se afirmar que o movimento derivou de razões demográficas, da implantação do sistema capitalista, da crise agrícola que alcançou seu pico na década de 1880 e da escassez de moeda circulante” (Constantino, 2007: 397). Ceretta fazia parte de uma massa imigrante subordinada ao Papa e aos desígnios de Roma, cujo modo de vida tradicional era o meio rural de religiosidade católica. Dessa forma, “a emigração representava uma forma de sobreviver como camponeses, mantendo suas tradições e modos de vida, o que, na Itália, já estava em transformação devido à expansão do capital, especialmente no Norte italiano” (Zanini, 2006: 54). Assim, quando estes imigrantes chegaram ao Sul do Brasil, não se viam como italianos, pois de acordo com Zanini:

Na verdade, quando aquelas famílias efetuaram a travessia, em finais do século XIX, a Itália de fato ainda não está unificada política e simbolicamente. Portanto, o que trouxeram como noção de pertencimento era mais um vínculo às localidades, seus dialetos, seus santos e costumes e, em especial, as redes de parentesco, vizinhança e afetivas que lá permaneceram. Ser italiano, para eles era ser católico e originário de países distintos, mesmo porque entre os próprios italianos havia uma noção diferenciada entre ser vêneta, mantovano, trentino, friulano, feltrino etc. A italianidade, como uma noção genérica de pertencimento, deu-se aqui, quando do enraizamento e do processo de elaboração de uma identidade de imigrante e posteriormente de colono italiano (e proprietário) no sul do Brasil (Zanini, 2006: 121).

Em suas memórias, Ceretta se refere a emigração como sendo motivada pela pobreza mas não entra em maiores detalhes. A tristeza gerada nos emigrados também é um aspecto marcante, e menciona diversas vezes as saudades “da sua bela pátria”. Em um pequeno trecho de suas memórias, Ceretta expõe os motivos para a partida de italianos, que alimentados pela possibilidade de tornarem-se proprietários de terra, se submetem a “diversos sacrifícios” para a construção de uma vida melhor. Para Ceretta,

(...) quanta dor no coração custasse, aqueles que por pura necessidade eram obrigados a abandoná-la para ir em procura de uma terra longínqua e por eles desconhecida. Mas necessidade é necessidade: e faz com que o homem se sacrifique a tudo, até confiar a própria vida e a dos seus filhos, a

estranhos, nunca visto, nunca ouvido falar dele, nem ter provas de sua sinceridade; só animados das suas palavras que lhe promete conduzi-lo a uma terra que lhe renderá a vida mais fácil, uma existência menos atribulada, onde de servo passará a ser dono: onde poderá legar a seus amados filhos, um modesto patrimônio onde poderá trabalhar em terra própria, independentemente, sem suportar as vessações dos patrões (Ceretta, 19--: 2-3).

Quando a família de Ceretta se estabeleceu em Vale Vêneto em Setembro de 1880, uma das principais preocupações da comunidade referia-se à ausência de sacerdotes para suprir suas “necessidades espirituais”, erigindo uma capela. Isto não se deu apenas em Vale Vêneto, pois concomitantemente à ocupação de novas áreas pelas famílias italianas, foi surgindo à necessidade da fundação de novas comunidades,⁸ geralmente iniciada a partir da construção de uma pequena capela. Desse modo

as práticas da vida religiosa e social não podem ser pensadas de modo hierárquico, pois são características que se encontravam imbricadas. A presença da igreja e do sacerdote eram indispensáveis para garantir o sucesso econômico e político das comunidades. A capela e a “vendinha” constituíam os pontos de referências; era para esse cenário sócio-religioso, que as pessoas convergiam, tanto para realizar as atividades profanas como as sagradas (Vendrame, 2007: 97-98).

É importante salientar a importância do aspecto religioso na regulação da vida dos imigrantes italianos, pois esta estava vinculada à toda a organização social das comunidades. Sobre a importância do aspecto religioso para as comunidades de imigrantes italianos, Ceretta ressalta que:

é preciso registrar que não se pode descrever a história de nenhum povoado da colônia italiana, sem que figure em primeira linha e como motor do seu desenvolvimento, ocupando o lugar de primeiro fator, o movimento e progresso religioso. Um núcleo colonial que tivesse início pretendendo excluir este fator, estaria condenado a definhar e se destruir, porque entre seus habitantes, haveria falta de união de espírito, e corpo sem espírito é corpo morto e não pode obrar. Por conseguinte, cada novo povoado, o primeiro edifício que se estimava indispensável de erigir, era uma Capela que se construía em madeira: a qual, mais tarde, deve ceder o lugar a bela igreja em material, devendo esta ser como a galinha que entorno de si reúne seus pintos (Ceretta, 19--: 11-12).

⁸ Este processo de migração interna dentro dos redutos coloniais e da fundação de novas comunidades por imigrantes, foi descrito por Sponchiado, ao qual denomina de “enxameamento”. Para saber mais, cf. “A anágrafe de Nova Palma” (em De Boni, 1996).

A própria alfabetização, inicialmente, se deu junto ao catecismo, ministrado às crianças por algum imigrante que sabia ler e escrever, fato este que fez com que as primeiras escolas comunitárias entre os colonos funcionassem junto às capelas. Este processo era organizado através da eleição de três “chefes de famílias” denominados *fabriqueiros*.⁹

No dia 31 de Agosto de 1887,¹⁰ Antônio Ceretta casou com Thereza Antoniazzi aos vinte anos de idade, tornando-se também um “chefe de família”, fazendo com que adquirisse por consequência o direito à um lote colonial. Com sua esposa, migra para a comunidade próxima de Vale Vêneto, denominado Núcleo Soturno, também chamada de Geringonza, posteriormente Novo Treviso,¹¹ na Linha 5 (L5s) com um lote de 22 hectares, próximo a Silveira Martins.¹² Após alguns anos na comunidade de Geringonza, migra novamente para as terras baixas circundantes ao Rio Soturno, adquirindo novo lote colo-

⁹ Fabriqueiros eram pessoas responsáveis por cooptar, junto à comunidade, trabalho e recursos materiais para suas realizações. Era através de mutirões que erguiam a capela, o cemitério, a escola e as estradas. O termo é comum às demais regiões de colonização italiana e pode ser equiparado hoje ao chamado “conselho paroquial”.

¹⁰ Conforme certidão de casamento de Antonio Ceretta e Thereza Antoniazzi, Arquivo da Câmara Eclesiástica da Diocese de Santa Maria, RS, Brasil.

¹¹ Há uma assinatura de Antônio Ceretta em um contrato firmado entre a comunidade de Geringonza em 11.03.1891, dos quais os imigrantes se comprometem a pagar a importância de três mil réis anuais por pessoa da família até os 65 anos de idade e 800 réis pelos menores de 12 anos, dispostos em quatro parcelas de três em três meses, além de cinco “esmolas” anuais em gêneros coloniais: uma na colheita do trigo, a segunda na colheita do feijão, a terceira na feitura do vinho, a quarta na colheita do arroz e a quinta na colheita do milho, além de um galo por família a cada 3 meses. Custos estes relativamente altos para os colonos, indicando a importância dada pelo próprio Ceretta a religiosidade e a profissão da fé católica. É importante lembrar que a alfabetização não era fator de maior importância entre todos o imigrantes italianos, sendo uma consequência da instrução da fé durante o catecismo. Segundo Golfeto (1994: 76) “a escola não se constituiu em preocupação fundamental dos italianos, e em decorrência disso se estruturou em ritmo lento”. Esta apenas ganharia notoriedade com a ação de Congregações religiosas, como os Capuchinhos na Serra Gaúcha e os Palotinos na Depressão Central do Rio Grande do Sul. Tradução de xerox em italiano obtido pelo Padre Sponchiado junto ao Padre Claudino Magro em 1986. Caixa Novo Treviso, Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS.

¹² A colônia Imperial Silveira Martins emancipou-se do estatuto de colônia imperial em 1884, sendo esta desmembrada entre os municípios de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul através do Decreto 1570 de 21.04.1886. Desse modo, as comunidades de Vale Vêneto e Silveira Martins ficaram pertencentes ao município de Santa Maria e São João do Polêsine, ocupada somente a partir de 1893, ficou pertencente ao município de Cachoeira do Sul. Hoje, Vale Vêneto é distrito turístico do município de São João do Polêsine e não possui mais vínculo com Santa Maria. No período tratado, estas comunidades ainda faziam parte da paróquia de Vale Vêneto, sob administração dos Padres Palotinos.

nial, na comunidade de São João do Polêsine (Figura 3). A propriedade sobre as terras que circundavam o rio Soturno foram dadas a título de pagamentos a antigos combatentes da Guarda Nacional, durante e após a Guerra do Paraguai. Desse modo, passaram-se as escrituras as famílias Sertório Leite, desta para a Peixoto de Oliveira e finalmente para Manoel Py (cf. Pissuti, 2005). Esse português, em 1893, já “comerciante matriculado no tribunal do comércio da capital federal”¹³ e residente em Porto Alegre, designou o imigrante italiano Paulo Bortoluzzi, comerciante estabelecido em Vale Vêneto, para que vendesse suas terras àqueles imigrantes interessados em lotes coloniais que não fossem os oferecidos pelo Estado brasileiro na época. Assim, o imigrante ficou na incumbência de administrar e vender aquelas terras mais baixas, localizadas próximas ao núcleo colonial do Vale Vêneto, pondo nos jornais impressos da época, “reclames” a respeito da oferta das novas terras. Paulo Bortoluzzi passou a comercializar os lotes aos imigrantes que residiam em Vale Vêneto, em Ribeirão Aquiles e em Silveira Martins, vendendo um total de quarenta lotes a partir da divisão das terras de Manoel Py, dando origem a comunidade de São João do Polêsine.

É na comunidade de São João do Polêsine que Antônio Ceretta assumiu papel de destaque na organização do povoado. Foi eleito fabricante junto ao imigrante italiano Luis Rosso e Luiz Cardonetti por volta de 1895, organizando os trabalhos para a construção do cemitério e da capela em homenagem ao padroeiro São João Batista. Foi em São João do Polêsine que atuou, primeiramente como catequista, rezando o terço aos domingos junto com as crianças, e posteriormente, como professor comunitário. Ceretta viveu 76 anos de idade, dos quais 12 anos na Itália (recém unificada em 1870) e 64 anos no Brasil (até seus 22 anos, o Brasil era uma monarquia cuja religião oficial era o catolicismo), perpassando três regimes políticos diferentes. Durante nove anos pertenceu ao Império, súdito de Dom Pedro II (1880-1889); trinta e oito anos em um regime republicano autoritário (1889-1936) e seis anos em uma Ditadura ufanista, o Estado Novo (1937-1943).

Cada um destes períodos, Antônio esteve imerso em um projeto de Estado diferente, do qual resultou em diversos programas educacionais, em que estrangeiros eram tratados ora positivamente, ora negativamente, refletindo dessa forma, na maneira como esses imigrantes italianos e descendentes se identificassem ao longo dos anos. Ao final de sua vida Antônio Ceretta escreveu dois manuscritos contanto um pouco dessa trajetória, demonstrando como o fator religioso foi importante para a manutenção da coesão social das comunidades em que viveu.

¹³ Escritos do padre e pesquisador da imigração italiana para a região da Quarta Colônia, Luiz Sponchiado, Caixa São João do Polêsine, Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, Brasil.

Figura 3. Mapa da Quarta Colônia e comunidades adjacentes. Nas setas estão indicadas os locais onde Ceretta viveu.



Fonte: Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS, Brasil.

LOCALIZANDO OS DOCUMENTOS: OS MANUSCRITOS DE ANTÔNIO CERETTA E A MEMÓRIA COMO RECORDAÇÃO

Os manuscritos de Ceretta se encontram no AHPNSC (Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora), armário 1, porta 1, caixa 02 da série Missão Brasileira, em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Em seus manuscritos o autor registra a história da comunidade em que viveu no intuito de “lembrar aos presentes e aos futuros” a trajetória de estabelecimento dos imigrantes aos seus descendentes, especialmente no que se refere ao estabelecimento da religião como importante fator para a consolidação de sua comunidade, dedicando seus escritos ao Reitor do Noviciado Vicente Palotti, escola superior de filosofia e teologia de São João do Polêsine, Padre Agostinho Michelotti. Seus primeiros manuscritos foram escritos em 1894 e con-

tam a história da comunidade de Vale Vêneto (1877-1886) desde a chegada dos primeiros imigrantes italianos até o estabelecimento dos padres palotinos na região. Foi traduzido no ano de 1941 pelo próprio Ceretta com algumas modificações segundo o arquivista Claudino Magro,¹⁴ dando origem a quatro cadernos. Outro, “A História de São João do Polêsine desde o início de sua colonização até o ano de 1936 escrita pelo Professor Antônio Ceretta”, conta a história de sua trajetória e de sua comunidade de 1893 ao ano de 1936, e é composto por dois cadernos. Não se sabe ao certo a data exata de produção dos manuscritos referentes à História de São João do Polêsine, entretanto pode-se balizar o espaço temporal de sua confecção desde 1938¹⁵ até antes de sua morte em 1943, muito embora, provavelmente, seus manuscritos (em português) tenham todos sido confeccionados no mesmo período devido às semelhanças da tinta e da caligrafia nos cadernos.

Mesmo sendo produto da ação mnemônica individual, esses documentos constituem importantes registros acerca das dificuldades enfrentadas pelas fa-

¹⁴ Esta informação se refere à um trecho específico dos manuscritos de Antônio Ceretta, em que diz: “(...) nos mesmo [sic], que fomos testemunhas oculares de todas estas coisas e de todos os acontecidos daquele tempo, nos mesmo, transcrevendo-as depois de passado cinquenta e sete anos (...)” (Ceretta, 19--: 65). O ano de referência para a tradução partiu de um cálculo muito simples, somando-se a data do ano que se refere à desavença da comunidade de Vale Vêneto com o pároco Antônio Sório, descrito no contexto do trecho citado, ocorrida em 1884, assim, $1884 + 57 = 1941$. Missão Brasileira, Caixa Vale Vêneto, Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria, RS - Brasil. As desavenças decorrentes da disputa pela aquisição de sacerdotes entre as comunidades coloniais de Vale Vêneto e Silveira Martins, e o posterior atentado contra o sacerdote Antônio Sório, nutriu diversos estudos referentes aos conflitos interimigrantes e sobre a oposição Igreja e Maçonaria. Para saber mais cf. Vécio (2001), Vendrame (2007, 2014) e Bolzan (2015).

¹⁵ Bulegon (1995) afirma que o manuscrito foi produzido em 1936. Entretanto, no início de sua narrativa, Ceretta comenta: “o viajante, que, ou por negócios, ou por passeio, desembarca à estação Restinga Seca, para fazer sua viagem de auto-movel, ou servindo se de qualquer outro meio de locomoção, deseja chegar a Fachinal do Soturno, ou seguir viagem até Nova Palma ou Novo Treviso (...) depois de travessar a ex-colônia: São Miguel e Tres Vendas, de onde enxergar a sua direita, a villa e colônia Dona Francisca e mais a leste desta extensa colônia Santo Angelo com o extenso vale do Jacuí, vae o viajante continuando sua viagem por uma comoda estrada que atravessa a antiga estancia dos Martins (...) enxerga um povoado com um majestoso collegio e uma modesta igreja rodeada de umas cincoentas casas (...) e si dito viajante perguntar a algum pratico que povoado é este?, este lhe responderá: São João do Polesine” (Ceretta, 19--: 1). O “majestoso colégio” é referente ao Noviciado Vicente Palotti, inaugurado em São João do Polêsine somente em 13.03.1938. Missão Brasileira, Caixa São João do Polêsine, Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria, RS.

mílias de imigrantes durante os primeiros anos de ocupação da região e podem ser reveladoras de aspectos relativos à identidade, conforme a maneira como Ceretta descreve a si e aos outros em sua narrativa. Quando Antônio Ceretta escreveu os manuscritos, o seu conteúdo faz referência às suas impressões do processo de imigração e colonização vários anos após a ocorrência dos fatos narrados. Quase sessenta anos desde sua chegada no Brasil em 1880 e a elaboração dos manuscritos no início da década de 1940. Por isto, pode-se falar de dois processos diferentes relativos a recapitulação mnemônica - as memórias como “informações armazenadas” e como “recordação”. Os manuscritos podem ser lidos a partir das duas concepções de recapitulação mnemônica.

Os manuscritos são suportes de uma memória materializada pela escrita. As memórias que ali foram inscritas em 1941, nos dias de hoje serão lidas as mesmas palavras (não necessariamente o mesmo sentido). Ou seja, a materialidade destas memórias não podem ser alteradas, pois são manifestações “cristalizadas no tempo”. Todas as palavras que lá estavam, continuarão, a não ser que, através do processo de degradação do material, do esmaecimento da tinta, ou da destruição das folhas que compõem os manuscritos, o conteúdo ali disposto permanece e permanecerá intacto. Aí temos a correspondência objetiva entre as informações registradas. Desse modo, aquilo que foi memorizado não terá o tempo como fator de corrupção. Assmann (2011) chamará este processo mnemônico simplesmente de “armazenamento”.

Ao mesmo tempo que esta memória através da escrita é armazenada, ela é parcial, afinal é impossível lembrar de tudo. Isto se justifica por questões operacionais, pois o contrário tornaria a narrativa impraticável.¹⁶ Narramos o passado com o objetivo de dar sentido à contingência, elencando aquilo que de mais significativo deve ser lembrado, ou seja, “narrar é uma atividade genérica e fundamental do espírito humano, com a qual este confere sentido a eventos” (Rüsen, 2015: 50). É assim que se constitui a medida e a relação de eventos em processos de causa e efeito. Por certo aquilo que foi narrado nos manuscritos de Antônio Ceretta não corresponde à totalidade dos fatos ocorridos, mas sim aquilo que para ele era fundamental de ser lembrado. Em suas palavras, suas memórias servem de exemplo “aos presentes e aos futuros”, correspondendo à uma função definida por ele mesmo –a história é exemplar– “o ato de narrar é empírico e normativo ao mesmo tempo” (Rüsen, 2015: 53). Assmann (2011) chamará este processo, cujos eventos memorizados são modificados pelo tempo de “recordação”. Há aí um esforço de memória sobre o que ocorreu no passado para ser narrado no presente. Ceretta fez um esforço de memória na década de 1940 para narrar o que aconteceu entre 1877 e 1936. Nas palavras de Assman,

¹⁶ A crônica de Jorge Luís Borges, “Funes, el memorioso” é bem ilustrativa neste sentido.

A recordação procede basicamente de forma reconstitutiva: sempre começa do presente e avança inevitavelmente para um deslocamento, uma deformação, uma distorção, uma reavaliação e uma renovação do que foi lembrado até o momento de sua recuperação. Assim, nesse intervalo de latência, a lembrança não está guardada em um repositório seguro, e sim sujeita a um processo de transformação. A palavra "potência" indica, no caso, que a memória não deve ser compreendida como um recipiente protetor, mas como uma força imanente, como uma energia com leis próprias. Essa energia pode dificultar a recuperação da informação –como no caso do esquecimento– ou bloqueá-la como no caso da repressão (Assmann, 2011: 34).

Segundo Fernando Catroga (2015: 9), "existe um relativo consenso acerca do papel da recordação na gênese das identidades pessoais e sociais". Neste sentido, falar de memória também é falar sobre a identidade.¹⁷ Sendo assim, as memórias de recordação de Antônio Ceretta possibilitam refletir, apesar do recorte limitado, o modo como os imigrantes italianos sentiam-se em relação ao processo migratório e de colonização, para tentar compreender como se afirmavam e se identificavam no Brasil após um contexto de amplas mudanças políticas e sociais que vão desde o final do Império no Brasil ao início do Estado Novo, período da evocação das memórias aqui analisadas.

A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA NACIONALIZAÇÃO: O FATOR IDIOMÁTICO E A RELIGIOSIDADE

Três etapas podem ser destacadas das memórias de Antônio Ceretta, que indicam a maneira como imigrantes italianos no Sul do Brasil, mais especificamente na região central do interior do Rio Grande do Sul, vivenciaram a organização do ensino e sua relação com a pátria de origem e o novo território - o Brasil Império, a Primeira República e o Estado Novo. Suas impressões acerca do processo de adaptação, indicam as fases que transcorreram até o momento da produção dos manuscritos, o Estado Novo, onde o "fanatismo exagerado" contrastava com a realidade das "amplas liberdades" decorrente de um Estado relativamente ausente, que compreendeu ao período que vai desde o Brasil Império em transição para o regime republicano à Ditadura Estadonovista. Relatos sobre a adaptação linguística em sua vivência como professor e catequista podem ser encontrados nos manuscritos sobre a comunidade de São

¹⁷ De acordo com Rösen (2001: 87), "a constituição da identidade efetiva-se, pois, numa luta contínua por reconhecimento entre indivíduos, grupos, sociedades, culturas que não podem dizer quem ou o que são, sem ter de dizer, ao mesmo tempo, quem ou o que são os outros com os quais têm a ver".

João do Polêsine. Sobre indicativos de como os imigrantes compreendiam sua identidade neste período, podem ser encontradas referências nos manuscritos sobre a comunidade de Vale Vêneto. Os dois manuscritos possuem relatos carregados de referências ao sofrimento “daquelas pobres gentes”, sobre a profunda religiosidade e o trabalho¹⁸ duro dos imigrantes. Para Ceretta,

A corrente emigratoria, lançadas nestas grandes plagas coloniais, era deixada no mais completo descuido, e ninguém tomava a peito dar a esta crescente massa de novo povo, um endereço de cultura para formar o verdadeiro espírito nacional. Antes com as amplas liberdades existentes, cada grupo colonial podia abrir escolas e ensinar na própria língua de origem. Não era pois de admirar que cada nacionalidade, procurasse cultivar e amar seu idioma porque aprendido da própria mãe e avido continuamente falar na própria família e entre suas gentes com as quaes se achava continuamente em contato. Estando as cousas nesta altura, cada grupo que se sentia impulsionado pelo dever, de abrir uma escola, escolhia o mestre entre os seus e as lições era dada no idioma a que o grupo pertencia, se italiano, ensinavam o italiano, se alemães, alemão etc. É preciso notar que cada nação da Europa, que tinham seus filhos espalhados pelo mundo: pois não se deve pensar que isso se desse só com o Brasil: não, por qualquer parte do mundo, uma nação tivesse de seus subditos, acompanhava-os com a instrução afim conservando o proprio idioma, conservassem tambem o amor á sua patria de origem. Assim, por meio dos consules e vice consules, aconselhavam e promoviam escolas entre as colonias, auxiliando-as com dar-lhe os materiaes necessarios, como, livros, cadernos, enfim tudo o necessario, ate tinta e giz e mapas (...) Desta nossa narração, fielmente editada, cada um pode formarem-se uma idéa do que era as condições das regiões coloniais enquanto a instrução civica. Deixada naqueles tempos em um total abandono, que devia mais tarde, explodir num fanatismo exagerado (Ceretta, 19--: 35-36).

Segundo Luchese e Rech (2014) durante o período Imperial (1882-1889), na província de São Pedro do Rio Grande do Sul e nas demais não houve maior incentivo à instrução e somente após a proclamação da República que as coisas começam gradualmente a mudar. Para Golfeto (1994: 69), “no

¹⁸ Durante a Primeira República “o trabalho passou a ganhar um sentido ético, de dar legitimização, respeitabilidade, fecundidade criação. No contraponto entre trabalho escravidão, a construção ideológica republicana transformou o trabalho em ato enobecedor por excelência” (Soares, 2007: 293). Esta mesma ideologia perpassou o Vargasismo que se desenvolveu no mesmo período e se encontrará presente também no Estado Novo.

período das grandes migrações o Brasil ainda não contava com um sistema público de Ensino” fazendo com que “a ausência do Estado neste campo favorecesse o surgimento do ensino particular, as escolas comunitárias”. Desse modo, cada comunidade detinha a autonomia da organização do ensino que era geralmente vinculado a alguma capela. De acordo com a autora, para os italianos “a escola nunca representou um grande desejo. O italiano é católico e papista:¹⁹ satisfaz-se com a igreja” (Golfeto, 1994: 73). Esta realidade marcou o ensino nas colônias de imigrantes até a expansão do ensino público durante a Primeira República. Dessa maneira, quando Antônio Ceretta migrou para o Brasil em 1880, apesar de já ser alfabetizado, de acordo com Golfeto:

À época da imigração italiana para o Brasil, pode-se dizer que o sistema político e estatal de instrução já se encontrava definido. Todas as discussões já haviam sido feitas e as mudanças propostas se encaminhavam para a ação prática. No entanto, a Unificação ainda não era um acontecimento político incorporado na vida dos italianos. A italianidade não era uma ideia presente, uma ideologia capaz de dar unidade e coesão e um sentimento nacional. Antes o espírito que unia grande parte da população era o espírito da fé católica, o respeito e a submissão à autoridade eclesial do Papa. A população continuava ligada, política e afetivamente, aos seus vilarejos de origem (Golfeto, 1994: 48).

Esta condição, fez com que

a experiência educacional que os imigrantes trouxeram de seu país de origem estava mais relacionada com a educação ligada à Igreja do que com as ideias de modernidade, de desenvolvimento científico e de industrialismo que impregnava a política educacional oficial (Golfeto, 1994: 48).

A partir do relativo isolamento dos imigrantes nos núcleos coloniais, a política pedagógica que predominou dentro das colônias foi o pragmatismo. Desse modo, as necessidades básicas como alimentação diária e a moradia, ensejaram ações que precisavam sanar demandas imediatas. A religiosidade como fator de coesão social, exigiu, por assim dizer, que o ensino fosse voltado ao catecismo, mas que de certo modo ia além das necessidades espirituais, onde os próprios sacramentos constituíam medidas de tempo que

¹⁹ Nem todos os imigrantes italianos eram católicos. Há casos de conflitos registrados entre imigrantes católicos, imigrantes liberais, e imigrantes maçons. Esses conflitos foram uma continuidade de conflitos já registrados na Itália. Para saber mais, cf. Vécio (2001), Vendrame (2007, 2014) e Bolzan (2015).

organizavam os afazeres dos imigrantes. Segundo Golfeto (1994: 78) “esta situação de luta pela sobrevivência abriu espaço para uma filosofia de vida eminentemente pragmatista, onde o imediatismo, o fazer prático, se sobrepunha a outras necessidades, como a intelectual, por exemplo”. Neste contexto, Ceretta assume a função de professor comunitário por volta de 1895, onde as “amplas liberdades” no campo educacional se referem a pouca interferência do governo nas escolas. Desse modo,

com proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, no Rio Grande do Sul, assume a administração um grupo de republicanos fortemente vinculados ao positivismo o que gerou um novo olhar para as questões educacionais, pois se buscou, pela escola, a modernização, mesmo que de modo conservador (Luchese e Rech, 2014: 261).

Em 1891, fortemente pautada no ideário positivista,²⁰ a Constituição Estadual se apresentava centralizadora, autoritária e dispunha liberdade para o ensino secundário patricular. Assim, durante toda a República Velha (1889-1930) as políticas educacionais sofreram forte influência do positivismo, ao mesmo tempo em que cresceu a intervenção estatal nas escolas das regiões de colonização estrangeira. No início da República até a primeira década, se pode perceber uma maior atuação por parte dos consulados italianos na difusão da italianidade,²¹ entre colonos no Brasil. De acordo com Luchese (2011) em alguns períodos os colonos receberam material didático do governo italiano. Entretanto, afirma a autora “que os imigrantes falavam os dialetos maternos de suas respectivas regiões de origem, pois conheciam mal o italiano, o que, de certa forma, dificultava o uso dos livros didáticos” (Luchese, 2011: 310-311). Mas isto duraria pouco tempo, pois decorrente da expansão do ensino público, as escolas comunitárias passariam a ser vinculadas ao Estado e ao seu respectivo programa de ensino, principalmente após o Decreto 1.480 de 27.05.1909, do qual instituíam as subvenções sob apoio pecuniário para as escolas que regessem suas aulas em português. Em suas memórias, Ceretta afirma que inicialmente

²⁰ Para Soares (2007: 362-364), “sob a influência de Júlio de Castilhos e correligionários contemporâneos, o positivismo, em seu aspecto político, atingiu um dos mais altos níveis logrados pela doutrina de Comte no Brasil. Apesar de bastante fiel aos preceitos da Política Positiva, decurou-se de outros aspectos do positivismo” que no Rio Grande do Sul “teve uma clara manifestação venerante para com o Catolicismo”.

²¹ Italianidade aqui se refere à um sentimento genérico de pertencimento, com referência à pátria de origem, a Itália.

O ensino era dado em italiano, pois ninguém pensavam, como já temos notados, ninguém pensavam, em mandar seus filhos aprender português, e o mesmo mestre-escola, naquele tempo, mal o sabia ler. Demais, a gente era tão pobre naquele tempo, que nem poderiam sustentar com as despesas do necessário para o material necessário na escola. Por conseguinte o mestre fez pedido ao vice-consul, que era naquele tempo o Vigário de Silveira Martins, se dignasse auxiliar esta nova escola, proporcionando-lhe o material necessário. E o vice-consul aqueceu muito complacente, pois mesmo naqueles dias, tinha ele recebido do consul de Porto Alegre, uma grande remessa de material para distribuí-lo às escolas. E assim foi a escola de Polesine, alistada entre a escola italiana subvencionada, o que lhe valeu também, para realçar o seu moral, porque diziam: Af os livros, cadernos e tudo o necessário são dados gratuitamente, por isto convem aproveitar (Ceretta, 19--: 60).

E continua:

Até o ano de 1909 continuou-se lecionar em italiano; mas por esse tempo as autoridades locais, começaram a estimular que se ensinasse português. Então o mestre do Polesine, se poz estudar e tomar conhecimento do português, e la pelo meiado de 1909 foi junto com o sub-intendente, apresentar-se ao intendente, que era então Isidoro Neves, e espondo a este a condições em que andava o ensino na colonia, solicitou dele alguns livros para poder comecar lecionar em português. E de fato o Intendente lhe entregou uma nota para á livraria (Vrahe) e obteve algumas cartilha e alguns segundo livro e assim deu inicio a ensinar português que lhe roubou também o repouso noturno pois de dia não tinha tempo para estudar, sendo ocupado nas duas aula. Em 1910, o intendente decretou o auxilio de 20.000 reis mensais ás escolas particulares que ensinasse português, com o titulo de aula subvencionada, com a obrigação de remeter mapas e ser fiscalizada pelas autoridades locais (Ceretta, 19--: 60-61).

Este processo de integração de estrangeiros, imigrantes e descendentes das áreas coloniais foi longo e não se deu apenas através da língua. Tanto o positivismo comtiano incorporado ao Partido Republicano Rio-grandense, como a Igreja Católica valorizavam uma política alicerçada “na conservação da ordem e na perpetuação da autoridade do líder” (Isaia, 2007: 26). Desse modo, a cooptação política dos imigrantes italianos, em sua grande maioria composta por católicos, se deu através da aproximação do Estado com a Igreja, apesar de sua Constituição laica. Segundo Isaia (2007) “para o governo, o catolicismo era visto como força legitimante, habilitada a manter a paz social, fundamental para a vigência da ordem”, assim, no Rio Grande do Sul, a “experiência política castilhistas era valorizada enquanto projeto assentado no apelo à ordem,

no desdém às praxes da democracia liberal e no respeito, prestígio e liberdade desfrutados pelo catolicismo” (Isaia, 2007: 28). É neste período de afirmação do Partido Republicano Rio-grandense que Getúlio Vargas começa a ganhar projeção dentro do quadro político do país, através de suas manifestações no que diz respeito a um projeto de “nação à construir”, onde os “cruzamentos diversificados, sem o padrão de um tipo étnico” fazia do Brasil uma “nação nova”, cuja “procura do seu tipo nacional” só poderia efetivar-se através da educação com o “conhecimento pleno do país” e da “bela língua portuguesa que anda inçada de barbarismos léxicos” (Noll, 2007: 247-248). Dessa maneira, após o movimento de 1930 liderado por Vargas, o estabelecimento de um nacionalismo em construção atinge seu ápice durante o Estado Novo, e com ele veio o objetivo de acabar com os chamados “quistos étnicos”.

Segundo Golfeto (1994), as medidas que começaram a ser tomadas pelo poder público durante o processo de nacionalização nas zonas coloniais se deu a partir de duas frentes, inicialmente: uma escolar e outra extra-escolar. As ações extra-escolares foram dirigidas contra as associações culturais e as medidas escolares se deram principalmente no que se refere à obrigatoriedade do ensino na língua portuguesa. Foi neste período que muitas associações culturais de alemães e italianos tiveram suas atividades encerradas ou sistematicamente monitoradas, seus nomes trocados²² e os dialetos proibidos através do Decreto Lei N° 383 de 18/04/1938. Desse modo, essas ações “eram justificadas no sentido de criar um ambiente de brasilidade favorável à ação sobre as escolas e evitar que esta se tornasse um esforço inútil” (Golfeto, 1994: 130). Assim, “a política do Estado Novo, que vigorou de 1937 a 1945, utilizar-se-á da propaganda e da doutrinação, além de terror para atingir seus fins” (Zanini, 2006: 154-155).

Foi através da nacionalização das escolas que o governo buscou incentivar a formação de uma consciência nacional entre os cidadãos das comunidades formadas por imigrantes. Para isso, além de instituir a obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa, passou a ser obrigatório o ensino da geografia e da história oficial do Brasil (Golfeto, 1994: 130). De acordo com Golfeto, o processo de nacionalização do ensino no Estado Novo brasileiro iniciou com o Decreto Lei N° 406 de 4 de maio de 1938, ao qual estabelecia em seu artigo 85 que:

todas as escolas rurais do país, o ensino fosse ministrado em língua portuguesa, que todas as escolas fosse regidas por brasileiros natos, que nas

²² De acordo com Zanini (2006: 159), nos municípios de “Santa Maria, a Sociedade de Mútuo Socorro foi tomada; em Silveira Martins, viu-se obrigada para mudar seu nome para Clube Agrícola e Recreativo Silveira Martins e a transformar seu espírito associativo e a Sociedade Alemã de Santa Maria mudou a denominação para Sociedade Concórdia”.

escolas não fossem ensinadas línguas estrangeiras a menores de 14 anos, que nenhum livro, texto ou jornal circulasse em língua estrangeira (Golfeto, 1994: 131).

Além do ensino, no campo religioso a nacionalização também se fez sentir quando, “em 1939, estava estabelecido que os serviços religiosos deveriam ser conduzidos em português, o que também dificultou a vida dos religiosos e dos fiéis, principalmente dos velhos” (Zanini, 2006: 159), que até então falavam basicamente dialetos e ignoravam ou possuíam dificuldades em aprender o português. Assim sendo, sob o lema “Deus, pátria e família”, Getúlio Vargas buscou durante o Estado Novo brasileiro a integração política e cultural dos imigrantes estrangeiros, apostando na forte intervenção do Estado no campo cultural e da repressão civil e policial.

Foi, provavelmente após 1938 que Antônio Ceretta foi forçado a abandonar o ensino como modo de subsistência durante o processo de nacionalização, tornando-se sacristão na comunidade onde viveu, São João do Polêsine. Dessa maneira, em 1941, Ceretta produziu e traduziu os manuscritos analisados aqui. Embora Ceretta não explicita em suas memórias qualquer tipo de represália aos imigrantes italianos em sua comunidade, apenas referenciando “o fanatismo exagerado” suas memórias contém elementos pertinentes para análise, se cotejados com maior minúcia aos contextos de sua produção e outras fontes documentais. Desse modo, creio que suas memórias contenham alguns elementos que podem contribuir para se pensar a identificação de estrangeiros após o amplo contexto de transformações políticas e sociais no Brasil, em função da construção de uma identidade nacional através de um projeto de Estado, desde o início da República ao Estado Novo. Ceretta morre em 1943, legando seus manuscritos à instituição de ensino palottina em sua comunidade, onde registrou um pouco da trajetória de si e de sua comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve texto teve o intuito de tentar trazer algumas reflexões sobre identidade imigrante a partir das memórias de Antônio Ceretta, partindo do entendimento das relações entre memória e identidade. Nesse sentido, suas memórias foram escritas em conjuntura política onde a educação estava em vias de nacionalização durante a instauração do governo republicano e cujo ápice se deu durante a ditadura do Estado Novo. A partir de documentos produzidos no Estado Novo, período da evocação das memórias do imigrante em questão, pôde-se perceber indicativos de como esses imigrantes identificavam-se neste período. É claro o posicionamento de Ceretta ao afirmar que ele

e os demais imigrantes eram “italianos”. Mas este entendimento mostrou-se decorrente de uma postura adquirida através do contraste, cuja identidade constituiu-se pela diferença em relação ao “outro”. Desse modo, Ceretta ao falar sobre si em relação à outros italianos, ele se torna “vêneto”, em contraposição aos escalabrianos, lígures, romanos, calabreses, entre outros. Da mesma forma que se tornavam todos esses italianos, quando em posição de contraste com relação o “brasileiro” cujo idioma era o português. Assim, foi através da origem comum o fator de identificação inicial, onde o brasileiros assim os definiam como italianos, apesar dos diversos dialetos presentes nos redutos coloniais.

Em suas memórias, Ceretta não relata nenhum tipo de conflito decorrente de possíveis diferenças étnicas entre os colonos, como por exemplo alguma desavença entre algum grupo ou alguém de origem vêneto e friulana (ausência de conflitos interétnicos). Outrossim, entre imigrantes católicos, e imigrantes que não são católicos. Estes eram alcunhados como os “piores elementos” dos quais os “verdadeiros católicos” mantinham distância. Isto fica claro, quando Ceretta expõe o motivos dos quais o levaram a escrever suas memórias.

É interessante de se pensar a relação adquirida entre a religiosidade e a identificação dos grupos de imigrantes dentro dos redutos coloniais, onde a negação de sua italianidade se deu concomitante ao reforço de sua espiritualidade. Também é interessante salientar que até o momento da confecção dos manuscritos, o Brasil ainda não havia decretado guerra ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão), cuja perseguição aos grupos de estrangeiros se intensificou após 1942. Apesar disso, o fator idiomático para além da religiosidade representa uma forma de demonstrar o enraizamento de italianos em terras brasileiras. Talvez as memórias de Ceretta tenham sido uma maneira encontrada pelo autor de garantir a permanência das “gentes italianas” na memória de seus descendentes, cujo processo de negação de sua identidade encontrou asilo dentro de instituições religiosas, como a Igreja Católica. Estas reflexões partiram de análises preliminares e ainda precisam ser cotejadas com um maior volume de fontes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSMANN, Aleida (2011): *Espaços de Recordação: formas e transformações da memória cultural*, Campinas, Editora Unicamp.
- BOLZAN, Moacir (2015): *Quarta Colônia: da fragmentação à integração*, Santa Maria, Editora UFSM.
- BONFADA, Genésio (1991): *O Palotinos no Rio Grande do Sul (1886-1919): Fim da Província Americana*, Porto Alegre, Editora Palloti.

- BULEGON, Marli Fátima (1995): A colonização e a emancipação de São João do Polêsine. Monografia de Conclusão de Graduação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição.
- CANDAU, Joël (2012): *Memória e Identidade*, São Paulo, Editora Contexto.
- CATROGA, Fernando (2015): *História, Memória e Historiografia*, Rio de Janeiro, FGV.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de (2007): “Imigrantes Italianos: partir, transitar, chegar (1889-1930)”. Em GOLIN, T. e BOEIRA, N. (Coord.), *História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889 a 1930)*, Passo Fundo, Editora Méritos, pp. 395-418.
- CORSETTI, Berenice (2007): “A Educação: construindo o cidadão”. Em GOLIN, T. e BOEIRA, N. (Coord.), *História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889 a 1930)*, Passo Fundo, Editora Méritos, pp. 287-311.
- DALMOLIN, Cátia [Org.] (2005): *Mordaça Verde e Amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo*, Santa Maria, Editora Palloti.
- DE BONI, Luis A. [Org.] (1996): *A Presença Italiana no Brasil*, Porto Alegre - Torino, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes - Fondazione Giovanni Agnelli.
- FENALTI, Naiani Machado da Silva (2011): *Gaspar Silveira Martins e o município “Silveira Martins”: Memória, Identidade e Patrimônio*, Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria.
- GERTZ, René (1991): *O Perigo Alemão*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- GOLFETO, Norma Viapina (1994): *Imigração, nacionalismo e educação: transição da escola comunitária para a pública no RS*, Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria.
- ISAIA, Artur Cesar (2007): “Catolicismo e Castilhismo”. Em GOLIN, T. e BOEIRA, N. (Coord.), *História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889 a 1930)*, Passo Fundo, Editora Méritos, pp. 23-28.
- LE GOFF, Jacques (1990): *História e Memória*, Campinas, Editora Unicamp.
- LUCHESE, Terciane Ângela (2011): “As escolas étnico-comunitárias italianas no Rio Grande do Sul: o olhar dos agentes consulares”. Em LUCHESE, T. Â. e KREUTZ, L. (Org.), *Imigração e Educação no Brasil: histórias, pátrias e processos escolares*, Santa Maria, Editora da UFSM.
- LUCHESE, Terciane Ângela e RECH, Gelson Leonardo (2014): “O processo escolar entre imigrantes italianos e descendentes no Rio Grande do Sul”. Em T. Â. LUCHESE (Org.), *História da Escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras*, Caxias do Sul, Educus.
- MANFIO, Juliana Maria (2015): *Entre o Sacerdócio e a Pesquisa Histórica: a trajetória do padre Luiz Sponchiado na Quarta Colônia de Imigração Italiana-RS*, Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria.
- NOLL, Maria Izabel (2007): “O positivismo e as origens do Varguismo”. Em H. TRINDADE (Org.), *O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.

- PROVESAN, Rosemar de Fatima Vestena (1993): *Educação e imigração: a história da escola entre os imigrantes italianos*, Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria.
- PISSUTI, Maria Dolores Dalmolin (2005): A formação histórica e socioespacial da Cidade de São João do Polêsine-RS. Especialização em Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- RIGHI, José V.; BISOGNIN, Edir e TORRI, Valmor (2001): *Povoadores da Quarta Colônia*, Porto Alegre, EST Edições.
- RÜSEN, Jörn (2015): *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*, Curitiba, Editora da UFPR.
- RÜSEN, Jörn (2001): *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*, Brasília, Ed. UNB.
- SCHMIDT, Benito Bisso (2004): *Em busca da Terra da Promissão: a história de dois líderes socialista*, Porto Alegre, Editora Palmarinca.
- SOARES, Mozart Pereira (2007): “O positivismo no Rio Grande do Sul”. Em H. TRINDADE (Org.), *O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- STEFANELLO, Liriana Zanon (2015): *Memórias Familiares: Um estudo da imigração italiana na Quarta Colônia Imperial (Rio Grande do Sul, Brasil)*, São Leopoldo - Venezia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Università Ca'Foscari di Venezia.
- STEFANELLO, Liriana Zanon (2010): História, Memória e Patrimônio Cultural: fundamentos e sensibilizações da comunidade de Nova Palma (CPG e Museu Histórico). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Disponível em [<http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/10959/STEFANELLO%2c%20LIRIANA%20ZANON.pdf?sequence=1&isAllowed=y>].
- VENDRAME, Maíra Inês (2013): *Ares de Vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no Sul do Brasil (1878-1910)*, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- VENDRAME, Maíra Inês (2007): Lá éramos servos, aqui somos senhores: A organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins (1877-1914). Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em [<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2447/1/388364.pdf>].
- VÉSCIO, Luiz Eugênio (2001): *O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)*, Santa Maria, Editora da UFSM - Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina (2006): *Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS*, Santa Maria, Editora da UFSM.